

## A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

### EDUCATION AS AN INSTRUMENT FOR STRENGTHENING BRAZILIAN DEMOCRACY

### LA EDUCACIÓN COMO INSTRUMENTO PARA FORTALECER LA DEMOCRACIA BRASILEÑA

Adelma Araújo Dantas<sup>1</sup>  
Renata Dayanne Peixoto de Lima<sup>2</sup>

**RESUMO:** No presente artigo, procura-se enfatizar a democracia brasileira, fazendo-se um breve retrospecto da sua trajetória, até os dias atuais, com seus avanços, recuos e ameaças. Após este diagnóstico, fez-se um prognóstico, enfatizando o papel da educação, no contexto geral, como um mecanismo para fortalecimento da democracia brasileira. Sabe-se que existem outros meios que contribuem para a construção e manutenção de uma democracia, entretanto acredita-se que, pelas várias circunstâncias, ocorridas ao longo do tempo, algumas mencionadas no presente trabalho, a educação é o principal instrumento para o fortalecimento da democracia brasileira.

**Palavras-chave:** Educação. Democracia. Política. Sociedade. Inclusão social.

**ABSTRACT:** This article seeks to emphasize Brazilian democracy, making a brief retrospective of its trajectory, up to the present day, with its advances, setbacks and threats. After this diagnosis, a prognosis was made, emphasizing the role of education, in the general context, to strengthen Brazilian democracy. It is known that there are other means that contribute to the construction and maintenance of a democracy, however it is believed that, due to the various circumstances that have occurred over time, some mentioned in the present work, education is the main instrument for the strengthening of democracy Brazilian.

1470

**Keywords:** Education. Democracy. Politics. Society. Social inclusion.

**RESUMEN:** En este artículo buscamos enfatizar la democracia brasileña, brindando una breve retrospectiva de su trayectoria, hasta el día de hoy, con sus avances, retrocesos y amenazas. Después de este diagnóstico, se hizo un pronóstico, destacando el papel de la educación, en el contexto general, como mecanismo de fortalecimiento de la democracia brasileña. Se sabe que existen otros medios que contribuyen a la construcción y mantenimiento de una democracia, sin embargo se cree que, debido a las diversas circunstancias que se han presentado a lo largo del tiempo, algunas mencionadas en este trabajo, la educación es el principal instrumento para fortalecer la democracia. Democracia brasileña.

**Palabras clave:** Educación. Democracia. Política. Sociedad. Inclusión social.

---

<sup>1</sup>Mestranda em Ciências Jurídicas pela Veni Creator Christian University. Especialista em Direito Público (INESP). Especialista em Língua Portuguesa e Produção Textual - Facottur. Bacharela em Secretariado pela UFPE.

<sup>2</sup>Doutora em Direito Constitucional pela UFPE. Mestre em Direito Constitucional pela UFPE. Especialista em Direito Administrativo pela UFPE. Professora e Advogada.

## 1 INTRODUÇÃO

A democracia surgiu na Grécia Antiga e se expandiu na Inglaterra a partir do século XI, tendo seu fortalecimento nos EUA. A definição do que é democracia evoluiu consideravelmente ao longo do tempo. Contudo, é possível conceituá-la como uma forma de governo em que o povo escolhe seus governantes por meio do processo conhecido como eleição. Também costuma-se dizer que é o governo do povo, pelo povo e para o povo, portanto democracia é o regime de governo cuja origem do poder vem do povo. Em um governo democrático, todos os cidadãos possuem o mesmo estatuto e têm garantido o direito à participação política. Um dos aspectos que define a democracia é a livre escolha de governantes pelos cidadãos por meio de eleições diretas ou indiretas.

O objetivo deste artigo é fazer uma análise sobre o futuro da democracia brasileira. Alguns pontos são fundamentais na condução da presente pesquisa, tendo em vista que o Brasil vive um cenário de instabilidade política e democrática. No primeiro capítulo, elencam-se os princípios fundamentais da democracia e, em seguida, faz-se necessária uma retrospectiva dos principais fatos históricos que marcaram épocas para a formação da democracia brasileira. Enfatiza-se que, para a concretude da democracia, ocorreram vários movimentos republicanos regionais e, após esses movimentos, houve a Proclamação da República. Por último, foi realizada uma reflexão da educação como instrumento para o fortalecimento da democracia no Brasil.

1471

A metodologia utilizada na elaboração deste artigo foi uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e método dedutivo. Pretende-se demonstrar os meios essenciais para que o Brasil tenha uma democracia plena, neste sentido, indaga-se: qual o futuro da democracia brasileira? Partindo-se desta premissa, a temática principal deste artigo, portanto, é destacar e enaltecer a educação, que é um princípio constitucional, estabelecido no artigo 205 da CF/88, sendo um dever do Estado e que deve ser exercido por todos os cidadãos desta nação, como um instrumento primordial para a garantia do fortalecimento e futuro da democracia brasileira.

## 2 TRAJETÓRIA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Para conhecimento da democracia brasileira, é necessário um retrospecto da sua trajetória. Antes de adentrar-se na sua história, relaciona-se os princípios fundamentais da nossa democracia, expresso no art. 1º da Constituição Federal de 1988, que são:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. (CF 1988).

Deve-se enfatizar que o Brasil é um país democrático e com regime presidencialista. O presidencialismo é um sistema de governo em que o chefe de governo também é o chefe do Estado e lidera o Poder Executivo, que é separado do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Cada poder tem suas atribuições e prerrogativas, para que ocorra harmonia entre os três poderes numa sociedade democrática.

## **2.1 Fatos históricos que marcaram épocas para a formação da democracia brasileira**

Para melhor compreensão da democracia brasileira, faz-se necessário um apanhado geral dos principais movimentos político-sociais que ocorreram ao longo do tempo. Assim, cita-se os acontecimentos que ocorreram antes da Proclamação da República no Brasil e, até mesmo, antes da própria independência do país. Portanto, como vê-se em seguida, foram quatro tentativas de movimentos republicanos regionais:

A Inconfidência Mineira: primeiro movimento republicano, conhecido também como uma conspiração política liderada por representantes de diversas classes sociais, como militares, profissionais liberais e membros da elite econômico-social da Capitania de Minas Gerais no fim do século XVIII – período em que o Brasil ainda era colônia.

A Revolução Pernambucana de 1817: movimento revolucionário, de tendência fortemente nacionalista, que visava implantar a república na Província de Pernambuco. Esta revolução foi liderada por Domingos José Martins.

A Confederação do Equador: terceiro movimento republicano, já com o Brasil independente e lutando pela sua unificação. Na Província de Pernambuco, os remanescentes da Revolução de 1817 reagiram contra a prerrogativa do Imperador de escolher livremente o presidente da Província. O líder dessa reação foi Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca, o popular frade carmelita - frei Caneca.

A República Piratini ou República Farroupilha: quarto e último movimento republicano regional. Iniciado em 1835, como uma revolução autonomista e federalista, teve como seu líder máximo o liberal Bento Gonçalves da Silva.

Após esses movimentos republicanos veio a Proclamação da República, que ocorreu em 15 de novembro de 1889, liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

### 2.2.1 A Primeira República ou República Velha (1889-1930)

Esse período da história do Brasil foi marcado pelo domínio político das elites agrárias mineiras, paulistas e cariocas. Na área social, várias revoltas e problemas sociais aconteceram nos quatro cantos do território brasileiro. Este período foi dividido em duas etapas: A República das Espadas (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) e a República das Oligarquias (Prudente de Moraes a Washington Luís).

Os principais fatos político-sociais que ocorreram no período da República das Espadas foram: a) A Constituição de 1891 (Promulgada); b) Estabelecimento de uma República Federalista com 20 Estados; c) Eleições diretas – voto masculino; d) Separação da Igreja do Estado – Fim do Padroado; e) Partidos Políticos Locais; f) Fim do Poder Moderador.

Por conseguinte, os principais fatos político-sociais existentes no período da República das Oligarquias foram: a) Política café-com-leite; b) Política dos Governadores; c) Degola – Impede o estabelecimento da oposição; d) O Coronelismo - voto de cabresto, currais eleitorais e Política assistencialista; e) A Campanha Civilista (Rui Barbosa x Hermes da Fonseca); f) No Ceará o Padre Cícero Romão Batista revoltou-se contra tal política, formando a Revolta do Juazeiro (1913); g) Guerra de Canudos (1896-1897) – Liderada por Antônio Conselheiro; h) Movimento do Contestado; i) A revolta da vacina (1904); j) A revolta da Chibata (RJ) – 1910, liderada por João Cândido; k) Semana de Arte Moderna e o Movimento Tenentista; l) Ruptura da política café-com-leite e a eleição do paulista Júlio Prestes.

Tais transformações demonstraram o crescimento da desestabilização política da República Oligarca, que cairia com um golpe, liderado por Getúlio Vargas, período esse conhecido como Revolução de 1930.

### 2.2.2 A Era Vargas (1930 -1945)

**Esse período foi dividido em três fases:**

Governo Provisório (1930 – 1934) - Nesse período, ocorreram os seguintes fatos político-sociais importantes: 1) A Revolução Constitucionalista de 1932 – SP; 2) A Constituição de 1934 (promulgada) – com destaque para o voto secreto, o voto feminino e os princípios da legislação trabalhista;

Governo Constitucional (1934 – 1937) - Os fatos políticos que se destacaram nesse período foram: 1) Partidos Políticos; 2) Ação Integralista Brasileira (AIB) – Plínio Salgado (extrema direita); 3) Aliança Nacional Libertadora (ANL) – Luís Carlos Prestes (extrema esquerda); 4) Intentona Comunista – 1935;

O Estado Novo (1937 – 1945) - Nesse último período da Era Vargas, os fatos político-sociais que se destacaram foram: 1) Constituição de 1937 (Outorgada); 2) CLT; 3) Industrialismo do Brasil (Vale do Rio Doce, CSN, entre outras).

### 2.2.3 Fim do Estado Novo

Em outubro de 1945 Vargas é deposto. Em seguida vieram outros Presidentes, como José Linhares, Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas (criação da Petrobras), Carlos Luiz, Nereu Ramos, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadro, João Goulart (Crise do populismo) – Golpe Militar de 1964. Nesse período houve a criação dos seguintes Partidos Políticos - UDN, PSD, PTB e PCB.

### 2.2.4 Estado Autoritário Pós-64

Esse período teve início com a deposição do presidente João Goulart, em 31 de março de 1964, por com golpe militar, começando-se a ditadura brasileira. Esse período foi marcado pela Repressão política; censura cultural e intelectual; instituição do AI-5; o Milagre econômico; as resistências à Ditadura (a UNE, as Guerrilhas, a OAB, setores Progressistas da Igreja Católica com destaque para Dom Hélder Câmara); e grande disparidade na desigualdade social.

### 2.2.5 A Redemocratização e a Nova República

Durante esse período houve a reabertura política (Tancredo Neves); a inserção do Neoliberalismo no Brasil (presidências de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso); o Governo Lula – de orientação progressista, social e popular (2003 a 2010) e, finalmente, eleita no dia 31 de outubro de 2010 a primeira Presidente mulher no Brasil: Dilma Vana Rousseff.

A Presidenta Dilma Rousseff foi a 36ª Presidente do Brasil, tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento por um processo de *impeachment* em 2016, processo esse mais conhecido pelos cientistas políticos como um golpe parlamentar. Com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff assumiu seu vice, o senhor Michel Temer, que deixou para traz

as orientações políticas propostas pelo Partido dos Trabalhadores e assumiu uma política de conotação neoliberal.

Enfatiza-se que após o golpe parlamentar de 2016 o Brasil passou por uma grande instabilidade política. Em 2018, incentivado pelos Estados Unidos que elegeu um Presidente de extrema direita (Donald Trump), com o auxílio de grande parte da imprensa, de uma bancada de parlamentares conservadores, de igrejas evangélicas, de milicianos e das redes sociais, que atuaram de forma decisiva e em conjunto, foi eleito o Presidente de extrema direita, o senhor Jair Messias Bolsonaro. Este Presidente governou de 2019 a 2022, período esse considerado por muitos cientistas políticos como o governo mais conturbado e instável que já ocorreu na República Federativa do Brasil.

Nas últimas eleições presidenciais (2022), o Brasil viveu um momento histórico. Em 2018, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva foi impedido de concorrer às eleições porque estava preso, em decorrência de condenação, acusado de suposta corrupção, nos processos da Operação Lava Jato. O Supremo Tribunal Federal, numa decisão memorável, anulou as condenações impostas a Lula, restaurando seus direitos políticos. Finalmente, em outubro de 2022, Luís Inácio Lula da Silva candidatou-se e foi eleito para exercer seu terceiro mandato, o qual assumiu em janeiro de 2023 até a atualidade.

### 3 EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA

A educação formal é o processo que se realiza para instruir e capacitar uma pessoa. Geralmente envolve a participação de um educador (professor, instrutor, guia, etc.) que ensina determinado conteúdo ao aluno para que ele o aprenda. Este tipo de ensino, a educação, vai da alfabetização até a universidade. Esta instrução é desenvolvida de forma sistemática e permite o acesso a diversos títulos acadêmicos oficiais reconhecidos pelo Estado.

A educação não pode estar desligada da política, pois educar implica necessariamente indagar-se pelo tipo de sociedade que desejamos. E isso é um ato político. Se a educação é a “inserção” das pessoas na sociedade, ela tem que se perguntar: em que tipo de sociedade quero viver? Segundo Paulo Freire, a neutralidade é impossível. Para ele, a educação é um ato político, em que é preciso afirmar a sua posição para que não exista um diálogo manipulador. A educação permite você conhecer qual é a visão de mundo do outro, o que possibilita um diálogo aberto e democrático.

A educação formal é um ato de conhecimento porque implica, não apenas, na memorização e na “decoreba” das matérias que, normalmente, compõem os currículos da escolarização, mas, principalmente, porque implica na avaliação contínua dos próprios conceitos, ideias, teorias, informações e saberes de que cada um é portador (Rangel, 2004).

A educação informal, por outro lado, não está vinculada a regras ou planejamento. Em geral, oferece maior liberdade ao aluno e não outorga títulos, nem concede diplomas que seriam oficializados pelo Estado. Isso, entretanto, não significa, necessariamente, que a educação informal tenha uma qualidade inferior à da educação formal (Rangel, 2004).

Para tanto, num sentido amplo, cita-se que numa dimensão global a educação popular contribui ainda para que a compreensão geral do ser humano, em torno de si, como ser social, seja menos monolítica e mais pluralista, seja menos unidirecionada e mais aberta à discussão democrática de pressuposições básicas da existência (Freire, 2001).

### **3.1 A educação e a inclusão social**

A educação, de modo geral, é o maior e mais universal instrumento de inclusão social. Portanto, pode-se afirmar, categoricamente, que não existe inclusão social sem educação, assim como não existe educação sem inclusão social. Apesar de que não basta a educação formal, sem uma consciência crítica e política, como explicita Paulo Freire, de que a educação não pode e não deve estar separada da política e vice-versa. Com a teologia da libertação de Paulo Freire, que abrange educação e inclusão social, foi possível observar que este educador passou a ser admirado por muitos e criticado por outros, principalmente aqueles que não cultivavam a democracia.

### **3.2 A educação e a política**

Sabe-se que desde o Brasil Império a educação estava direcionada para favorecer as classes do país. Assim, era muito difícil um “filho de pobre” chegar à universidade e concluir um curso superior.

Analisando-se os governos de viés totalitários, incluindo os governos do regime militar, verifica-se que as classes dominantes foram as mais privilegiadas e que tiveram acesso aos melhores ensinamentos fundamentais, médios e superiores. Para os menos favorecidos financeiramente, seriam direcionados para efetuarem no máximo cursos técnicos, de forma que não viessem “tomar a vaga dos filhos dos ricos nas universidades”. Entretanto, constata-se que a maior inclusão de alunos e alunas originários de classes sociais menos

favorecidas financeiramente, das quais são designados de pobres, aconteceram nos governos progressistas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Nestes governos foram criadas várias Universidades e Institutos Federais de Educação e Tecnologias, tornando o ensino público e gratuito mais acessível e democrático.

### 3.3 O poder público e a educação

O papel do poder público na educação é fundamental para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade, sem discriminação ou exclusão. Para isso, é necessário investir em políticas educacionais eficazes, que visem à melhoria da qualidade do ensino em todas as etapas, à promoção da inclusão social, à valorização dos professores, à promoção de uma educação crítica e reflexiva e ao desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias educacionais. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa, igualitária e desenvolvida (Coelho, 2023).

Outro aspecto importante do papel do poder público na educação é a promoção de uma educação crítica e reflexiva, que estimule o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia dos estudantes. Isso envolve a promoção de uma educação que valorize a diversidade cultural, a pluralidade de ideias e opiniões e a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

Além disso, segundo Coelho (2023), o poder público também deve promover a pesquisa e o desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias educacionais, que possam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentarem os desafios do mundo contemporâneo. Entretanto, nem sempre a teoria está alinhada com a prática, pois a educação depende muito do poder público e o poder público tem suas alternâncias de governo. Desta forma, quando se tem no poder um governo de configuração democrática, social e progressista, como é o caso do governo atual do Brasil (Luís Inácio Lula da Silva), a educação melhora em todos os aspectos, desde a alfabetização até a pós-graduação.

Ao contrário dos governos progressistas, nos governos com viés antidemocráticos, como foi o caso do governo anterior, a educação, assim como quase todos os setores da sociedade brasileira, sofreu com a ausência de políticas públicas eficazes para melhorar a qualidade de ensino no Brasil. Como a educação é um fator determinante para alavancar o progresso de uma nação, então pode-se dizer que o Brasil teve uma perda incalculável, apenas se referindo a forma como a educação foi tratada neste período.

### 3.4 A educação e o fortalecimento da democracia

A democracia e a educação são irmãs gêmeas, ou melhor dizendo: irmãs gêmeas siamesas. Ambas fazem parte do mesmo processo civilizatório, desde a Grécia antiga. Os gregos, inventores da democracia, acreditavam que era papel da educação tornar as crianças adultos capazes de entender o mundo e de nele agir de forma consciente. Para eles, não havia distinção entre ser educado e ser cidadão.

Segundo Mercadante (2016), a educação e a democracia são, historicamente, indissociáveis. A educação só é plena na democracia e a democracia só é plena com educação. Portanto, é por isso que há consequências fatais para a educação quando a democracia falha ou falta.

A Constituição Federal assegura o direito à educação a todos os cidadãos brasileiros e o coloca como um dever do Estado e da família. Para que esse direito fundamental se efetive é preciso uma educação voltada para a democracia. Desta forma, foi escolhido o dia 28 de abril como sendo o “Dia da Educação”. Esta data foi criada para conscientizar a população sobre a importância da educação na sociedade, tanto no âmbito escolar, quanto social e familiar.

Para reforçar tais afirmações, o filósofo, mestre e doutor em educação Carlos Roberto Jamil Cury, na sua palestra proferida sobre “Democracia e Educação”, afirmou que sem educação, a democracia é vazia; e sem democracia, a educação fica sem rumo. Portanto, a educação e a democracia são faces da mesma moeda e devem caminhar juntas para que esse binômio seja o principal catalisador da cidadania e se transforme em um princípio fundamental.

Cury (2022), ao afirmar que a educação é campo vivo e multidimensional e a democracia no estado democrático de direito só se efetiva quando a educação está assentada em bases sólidas, chamou a atenção para o fato de que a educação tem dois pilares fundamentais: o primeiro está posto na aquisição e constituição de conhecimentos e valores fundamentais, não só como antídoto à ignorância, mas como domínio indispensável para a participação na vida social; e o segundo pilar está ancorado no cultivo de uma convivência solidária. A democracia, por sua vez, supõe a constituição de iguais e diversos e, nesse sentido, seus pilares, como na instituição escolar, são a igualdade e a diversidade.

Acredita-se que a democracia é o melhor regime de governo em decorrência das suas peculiaridades, como liberdade de opinião e de expressão da vontade política, acesso à informação, igualdade dos direitos e oportunidades, entre outras atribuições. Já a educação é o ato de educar, de instruir, de disciplinar, do qual aperfeiçoa a delicadeza, a civilidade e a capacidade de socialização do indivíduo.

Entretanto, a educação no Brasil ainda está muito aquém do que deveria estar, em decorrência de diversos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. Como a educação influencia na política, conclui-se que a política também não anda muito bem. Para tanto, basta um retrospecto do que aconteceu no Brasil no governo passado, no qual todos os dias atentavam contra a democracia brasileira, utilizando todos os meios disponíveis para acabar com a democracia e estabelecer um regime de exceção, através de um golpe de Estado. Este fato culminou com os atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023, nos quais os poderes constituídos do Brasil foram brutalmente atacados por vândalos que, segundo eles mesmo afirmaram, agiram em nome de Deus, da Pátria, da Família e da Liberdade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

1479

Nos últimos anos, a sociedade brasileira foi contaminada por muitas informações inverídicas, denominadas de “fake news”, então, fazendo-se uma breve reflexão do que aconteceu no Brasil, acredita-se que a nossa democracia correu muito perigo de ser desmoronada. Como sobreviveu, tornou-se mais forte, entretanto, ainda corre muito perigo, pois muitos indivíduos com ideologia antidemocrática ainda estão cultivando seus ideais.

Portanto, os poderes constituídos e a sociedade organizada devem estar sempre alerta para evitar retrocessos na democracia. Para isso, o instrumento indispensável é a educação, pois a educação é a melhor forma de se adquirir conhecimento para alavancar o progresso do país, fortalecer a democracia e criar antídotos contra aqueles que atentam contra esta forma de governo.

A partir dos fatos e argumentos expostos, respondendo à indagação inicial, conclui-se que com uma educação de qualidade, que crie consciência crítica nos indivíduos, e que esses indivíduos tenham discernimento para escolher seus representantes nas esferas municipais, estaduais e federal, assim teremos uma democracia fortalecida.

Todavia, o Brasil ocupa o 53º lugar em educação, segundo a última avaliação (2018) realizada pelo PISA com estudantes de 65 países, tornando-se evidente que há necessidade de melhorias na qualidade do ensino brasileiro. Dessa forma, o poder público tem grandes desafios para melhorar esse cenário caótico, devendo aplicar políticas públicas educacionais eficazes no sentido de enfrentar e superar as deficiências estruturais existentes no setor educacional.

Nesse diapasão, algumas ações são cruciais e devem ser efetivadas pelo poder público, como investir nos profissionais do setor educacional, valorizando os professores, além de qualificação e aperfeiçoamento; manter uma sequência coerente no ensino; investir na infraestrutura das escolas; motivar os alunos a frequentar as aulas, assim como a participação da comunidade e dos pais na vida escolar. Em suma, o Brasil terá uma democracia plena quando todos os brasileiros tiverem acesso à educação, à cultura, à informação verdadeira, à liberdade individual e à consciência política. O fortalecimento da educação implica no fortalecimento da democracia.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL ESCOLA** <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>  
Acesso em 17 set 2023.

1480

CARVALHO, D.D.A de; Carvalho, R.F. de. **Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras**. Florianópolis-SC. Katal, v. 22, n. 3, p. 457-467, set/dez. 2019.

COELHO, F.B. **O papel do poder público em proporcionar uma educação de qualidade**. <http://portalcontexto.com>. 2023.

**CONSTITUIÇÃO Federal Do Brasil (1988)**.

CURY, R.J. **Democracia e educação**. 2022.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. Ed. - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

MACEDO Gomes, Alfredo; Nunes de Moraes, Karine **Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa Educação & Sociedade**, vol. 33, núm. 118, enero-marzo, 2012, pp. 171-190 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87322726011.pdf>. Acesso em 14 set. 2023.

MEDEIROS, A.D.C. **Política e cidadania: construção de uma nação democrática**. Google Books. 2017.

MERCADANTE, A. Pronunciamento editado e revisado, realizado no **Encontro da Educação pela Democracia**, em cerimônia no Palácio do Planalto, no dia 12 de abril de 2016.

OSCAR, V.V. **Supremocracia**. Revista direito GV. São Paulo. P. 441-464. Jul-dez. 2008.

RANGEL, M. **Representações e reflexões sobre o bom professor**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

**SUPREMO** **Tribunal** **Federal**

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1>.

Acesso em 15 set 2023.

ZIEGELMIER, R. **O livro da filosofia**. São Paulo: Globo, 2011.